



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO MORAL E DO ASSÉDIO SEXUAL NO ÂMBITO DO TRESC

Às 15h do dia 9 de setembro de 2021, realizou-se, por meio virtual, a reunião inaugural da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, com a presença dos seguintes membros: Dra. Ana Cristina da Rosa Grasso, Dr. Jefferson Zanini, Dr. Rafael Rabaldo Bottan, Edmundo César Nunes, Ayrton Belarmino de M. M. Teixeira, Alexsandra Assis Casagrande, Kelly Souza de Aguiar, Julia Andriani Soares, Dra. Anne Teive Auras e Dra. Neura Maria Correa Costa, tendo como secretária a servidora Samyle Santos do Carmo. A Coordenadora da Comissão, Dra. Ana Cristina da Rosa Grasso, deu início à reunião dando as boas-vindas aos presentes e designando Edmundo como secretário. Afirmou que a questão do assédio moral e sexual é preocupante e propôs que fosse criado um canal de comunicação entre os membros da comissão. Declarou que, por não militar internamente no TRESC, estaria à disposição para ouvir as propostas dos servidores. Passou a palavra para Edmundo, que afirmou acreditar que a desigualdade de gênero é um fator determinante para a ocorrência de situações de assédio moral e sexual. Afirmou, ainda, que, não podemos partir do pressuposto que não há assédio no TRESC em virtude de todos ganharem o mesmo salário ou de, até mesmo, muitas mulheres ocuparem cargos comissionados, pois esse problema está posto e, sendo o Judiciário um ramo da sociedade, não haveria possibilidade de estarmos alheios a ele. Finalizou dizendo que o primeiro passo para enfrentar essa situação é o reconhecimento de que ela existe e concordou com a proposta para criação de canal de comunicação para a comissão. Novamente com a palavra, Dra. Ana compartilhou que a igualdade de gênero é uma questão relevante que tem sido tratada na OAB e ressaltou que, sendo homem ou mulher a vítima do assédio, é necessário que haja sensibilidade com o seu acolhimento e que qualquer pedido que porventura venha a ser recebido no âmbito da comissão deve ser analisado e acolhido com cuidado. Por sua vez, Dra. Neura se apresentou e declarou estar muito feliz com a iniciativa da instituição da comissão, que considera ser um grande avanço, e colocou-se à disposição para colaborar. Em seguida, a Dra. Anne Teive se apresentou e agradeceu o convite feito à Defensoria Pública para fazer parte da comissão. Disse que no seu exercício profissional teve acesso a políticas de combate ao assédio de diversos órgãos e se dispôs a compartilhá-las. Ressaltou que práticas punitivistas não são suficientes e que é muito importante que as instituições pensem em práticas restaurativas e preventivas – como cursos preparatórios, campanhas, capacitação, pesquisa com os servidores sobre situações de assédio vivenciadas – para solucionar essas questões. Propôs a criação de um canal de denúncias e a definição do fluxo dos procedimentos a serem realizados pela comissão. Ressaltou que a comissão deve agir com base nos pressupostos de acolhimento, sigilo, não julgamento e autonomia da vontade da vítima e tomar as medidas necessárias para não causar descrédito da vítima em relação à instituição. Concluiu desejando que a comissão possa proporcionar um ambiente mais acolhedor e humanizado no TRESC. Com a palavra,



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

a servidora Alexandra afirmou ser necessário nivelamento dos membros da comissão a fim de que se qualifiquem para o desempenho das suas atribuições. Relatou que tem conhecimento dos trabalhos desenvolvidos por outros TREs sobre assédio e que há bastante material sobre o assunto. Ressaltou a importância de ser criado canal de comunicação para discussão com os servidores sobre o tema. Relatou que, como mulher, sente que é alvo mais fácil de assédio e discriminação. Destacou, ainda, a necessidade de sensibilização dos colegas para que se desconstrua a naturalização de situações como essas. Finalizou questionando qual será a dinâmica dos trabalhos da comissão. Novamente com a palavra, a Dra. Ana propôs que as reuniões fossem realizadas regularmente e que fossem estabelecidas metas entre elas. Questionou quanto à exigência de canal de comunicação para denúncia no TRESC. Com a palavra mais uma vez, Edmundo esclareceu que não há canal exclusivo para tratar sobre o tema, que o que ocorre hoje é que os servidores se reportam à SGP e à CDO – que tem um projeto de escuta ao servidor. Complementou dizendo que acredita que será mais fácil o servidor reportar uma situação de assédio com a existência de uma comissão especializada. Por sua vez, o servidor Ayrton citou levantamento feito no Tribunal em que foi constatado que mais de 50% das mulheres ocupavam cargos de chefia. Destacou que, no seu ponto de vista, somente esses números não dão uma resposta conclusiva. Afirmou que a educação é muito mais do que divulgar e apreender conceitos, pois é necessário que as pessoas estejam sensibilizadas para aplicá-los, pois a sensibilização é a porta de entrada para a mudança. Propôs a criação de uma ouvidoria interna, a partir da qual a denúncia seria direcionada à comissão competente. Mais uma vez com a palavra, Edmundo destacou sua preocupação de que a comissão seja vista como mera formalidade para atender exigência do CNJ e que, certamente, isso não irá ocorrer pois será realizado um trabalho relevante. Propôs a criação de um grupo no *Whatsapp* para troca de informações entre os membros da comissão. Demonstrou preocupação quanto à utilização de um canal de ouvidoria para também receber denúncias de assédio por considerar mais uma barreira à vítima. Finalizou propondo que o nivelamento dos membros da comissão seja feito de forma diferente da dos demais servidores, essa última podendo contar com a participação de profissionais da área. Novamente com a palavra, a Dra. Neura fez sugestões de ações da comissão: divulgação da comissão para que os servidores saibam que há um canal de comunicação; realização de campanhas educacionais, conscientização através de mídias internas, formulário de escuta escrita ou real, roda de conversa; e acolhimento do servidor/servidora vítima do assédio com a garantia que será dado o encaminhamento psicológico, médico e administrativo da situação. Por sua vez, a Dra. Anne afirmou que previamente a qualquer ação, a comissão precisa definir o seu fluxo de atuação (se receberá denúncia anônima, quem irá atendê-la, em que prazo, como será resguardado o sigilo etc). Em seguida, o Dr. Jefferson se pronunciou em concordância com a Dra. Anne, propondo que só seja realizada a divulgação da existência da comissão após a definição do seu fluxo de atuação. Também se manifestou a favor do estabelecimento de um cronograma para as atividades com a realização de reuniões virtuais quinzenais, e presenciais somente para aprovação à medida que os assuntos forem ampliados. Ao final, restou acordado que as próximas atividades da comissão serão definidas a partir do material que a Dra. Anne se comprometeu a compartilhar com os demais membros. Nada mais havendo a tratar, A Dra. Ana agradeceu



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

a presença de todos e deu por encerrada a reunião às 16h45 e eu, Samyle Santos do Carmo, lavrei a presente ata, que vai assinada digitalmente por mim e pelos demais presentes.

Florianópolis, 9 de setembro de 2021.

Dra. Ana Cristina da Rosa Grasso

Dr. Jefferson Zanini

Dr. Rafael Rabaldo Bottan

Edmundo César Nunes

Ayrton Belarmino de M. M. Teixeira

Alexsandra Assis Casagrande

Kelly Souza de Aguiar

Julia Andriani Soares

Dra. Anne Teive Auras

Dra. Neura Maria Correa Costa

Samyle Santos do Carmo